

RENATA RASTRELO E SILVA

PROPRIETÁRIOS RURAIS DO DISTRITO DE MARTINÉSIA
(UBERLÂNDIA-MG): VIVER E PERMANECER NO CAMPO –
1964-2005

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dilma Andrade de
Paula.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Janeiro/2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RENATA RASTRELO E SILVA

PROPRIETÁRIOS RURAIS DO DISTRITO DE MARTINÉSIA
(UBERLÂNDIA-MG): VIVER E PERMANECER NO CAMPO –
1964-2005

Profª. Drª. Dilma Andrade de Paula. (Orientadora / UFU)

Profª. Drª Heloísa Helena Pacheco Cardoso (UFU)

Profª. Drª Sônia Regina de Mendonça (UFF)

Uberlândia, ____/____/____

Resultado:_____

S586p Silva, Renata Rastrel e, 1982-
Proprietários rurais do Distrito de Martinésia (Uberlândia-MG) : viver
e permanecer no campo – 1964-2005 / Renata Rastrel e Silva. - 2006.
148 f. : il.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História social - Teses. 2. Uberlândia (MG) - História - Teses. I. Paula, Dilma Andrade de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

Dedico esse trabalho ao Hélio Carlos,
companheiro leal nesses seis
anos de convivência.

AGRADECIMENTOS

Agradecer àqueles que colaboraram na realização desse trabalho é tarefa difícil, pois são muitas as pessoas que, de forma direta ou indireta, deram a sua contribuição para que ele se concretizasse. Por isso, agradeço a todas elas.

De forma muito especial agradeço a todos aqueles que dialogaram comigo sobre suas experiências de viver no campo, sejam os proprietários rurais, suas esposas, seus filhos, enfim, a todos que prontamente me receberam em seus lares para uma entrevista, que foi, sem dúvida alguma, um dos momentos mais ricos desse trabalho. Além do mais, foram horas muito agradáveis, regadas a café, leite, queijo e regidas pelos cantos de pássaros, pelo barulho de cursos d'água, latidos de cachorro etc.

Agradeço à minha orientadora, professora Dilma, que sempre demonstrou uma confiança muito grande nesse trabalho e que me permitiu caminhar acreditando no meu crescimento pessoal e intelectual, mediante meus erros e acertos. Obrigada por sua dedicação e por seus ensinamentos.

Às professoras Heloísa e Beatriz agradeço as contribuições enriquecedoras dadas a esse trabalho por ocasião do Exame de Qualificação.

À professora Sônia Regina de Mendonça agradeço a disponibilidade em participar da defesa dessa dissertação.

Agradeço ao professor Paulo Almeida com quem aprendi muito sobre o papel do historiador e também sobre a necessidade de questionar o sentido dos trabalhos que realizamos, sempre nos instigando com sua tradicional pergunta: *“o que você quer com isso?”*

Aos meus colegas de linha de pesquisa – Janaína, Paulo Roberto e Gisélia –, com quem, durante os nossos almoços discuti Thompson, Williams, Porteli etc., refleti sobre os nossos trabalhos e compartilhei medos e dúvidas.

Às minhas amigas Sheille e Geovanna agradeço nossas longas conversas sobre o ofício do historiador e sobre os nossos trabalhos, pois nesses momentos de diálogo pude crescer como pessoa e como profissional.

Agradeço aos meus pais pelo apoio ao longo desses muitos anos de estudo, pois mesmo muitas vezes não entendendo o que eu estava fazendo, eles souberam me compreender. Agradeço ainda pela ajuda que me deram na realização das entrevistas, me acompanhando até as fazendas.

Ao meu companheiro, Hélio Carlos, agradeço toda compreensão, todas as conversas que tivemos sobre esse trabalho, todas as críticas, às vezes muito duras, mas, sem dúvida, necessárias para o contínuo repensar do meu caminho de pesquisa. Agradeço também por seu auxílio “técnico”, me salvando do meu desconhecimento sobre informática; fotografando as reportagens de jornal e também me acompanhando em algumas entrevistas.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela ajuda financeira na realização desse trabalho.

“Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão”

(**Cio da terra**, Milton Nascimento e Chico Buarque)

RESUMO

A partir da instauração do regime militar no Brasil, em 1964, o campo passou a ser alvo de políticas modernizadoras, ou seja, o Estado incentivou a aquisição de novas tecnologias, o uso de fertilizantes, adubos, sementes selecionadas, enfim, procurou transformar a base técnica da atividade agrícola e pecuária no país via crédito rural, política de preços mínimos, dentre outros instrumentos. No entanto, segundo alguns estudiosos dessa temática, essa “modernização” foi “conservadora”, “desigual” e “dolorosa”, tendo em vista que privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos e gerou graves custos sociais como, por exemplo, a migração campo-cidade. Assim, muitos foram os pequenos proprietários que deixaram o campo porque viver nele se tornou algo extremamente difícil, além de tantos outros que perderam suas terras devido a dívidas contraídas em bancos. Entretanto, vários proprietários permaneceram e procuro analisar justamente as estratégias, as alternativas encontradas por eles para, até hoje, conseguirem persistir no campo. Para compreender esse processo, problematizo as experiências de proprietários rurais do distrito de Martinésia (Uberlândia-MG), buscando analisar as reelaborações nos seus modos de viver, trabalhar, se relacionar, se divertir, a fim de permanecerem no campo, (re)inventando a cada dia suas vidas, lutando para conservar suas propriedades e, assim, uma forma de viver que tem um significado que vai além da possibilidade de gerar lucros, na medida em que a terra tem, para muitos deles, o valor de um viver. Nesse sentido, referências como Thompson e Williams foram fundamentais para auxiliar nessa reflexão sobre como as pessoas vivenciam e interpretam as transformações em suas vidas e, para discutir tais questões utilizo como fontes o *Jornal Correio*, entrevistas orais, *Atas do Conselho Comunitário Rural de Martinésia*, dados estatísticos, dentre outras.

Palavras-chave: modos de vida, campo, cidade

ABSTRACT

Since the establishment of the military regime in Brazil in 1964, the countryside has become the target of modernizing policies, that is, among other things the State stimulated the acquisition of new technologies, the use of fertilizers and selected seeds. It tried to transform the technical basis of the activities of agriculture and cattle farming in Brazil by means of several instruments such as rural credit and minimum price policies. However, according to some scholars, such “modernization” was “conservative”, “unequal”, and “painful” as it favored the large producers to the detriment of the small ones, generating serious social costs such as the migration from countryside to city. Thus, several small land owners left the countryside because living there became something extremely hard and many others lost their lands due to debts owed to banks. In spite of this, several owners stayed in the countryside and my purpose here is exactly to analyze the strategies, the alternatives that made it possible for them to remain there until today. To understand such process I make a study of the rural land owners’ experiences in the area of the Martinésia district, municipality of Uberlândia, State of Minas Gerais, trying to analyze the reelaborations identified in their ways of living, working, having fun and relating to each other in order to stay in the countryside, (re)inventing their lives each day, struggling to keep their properties and to guarantee a way of living whose meaning transcends the mere possibility of making profits, as for many of them the land has the same value of life itself. In the present study, references such as Thompson and Williams were fundamental to the reflections on how people experience and interpret the transformations in their lives. In order to discuss such questions the main sources are the *Jornal Correio*, oral interviews, *Atas do Conselho Comunitário Rural de Martinésia*, statistical data, among others.

Keywords: ways of life – countryside – city

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO 1 - Transformações no campo brasileiro: políticas e vivências	28
CAPÍTULO 2 - “Eu vivi fazendo aquilo que eu gosto” – Produtores rurais vivenciando o campo	71
CAPÍTULO 3 - Campo e cidade: uma experiência de interação	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
FONTES	139
REFERÊNCIAS	142

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A relação passado/presente/futuro é trabalhada pelo historiador quando este realiza suas pesquisas, suas investigações, sendo que a busca pelo passado se dá em virtude de questões que o historiador se coloca mediante a sua vivência do presente¹. E esse refletir o passado à luz de questões do presente deve ter um significado maior, o qual é político, na medida que problematizar o passado só tem sentido se for para “reprojetarmos o futuro”², como salienta Josep Fontana.

Walter Benjamin afirma que na narrativa está impressa [...]“a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.”³. Da mesma maneira que o oleiro é que dá forma ao vaso, é o historiador que, a partir da sua realidade, das questões que faz ao presente, dos seus valores, concepções, sentimentos, idéias, expectativas, bem como da sua concepção do que é história e de qual é o seu papel na sociedade, escolhe o tema de pesquisa e traça um caminho teórico-metodológico, selecionando suas fontes, seus recortes, seus referenciais, enfim, dá forma e constrói o seu trabalho.

As minhas inquietações do presente e minha experiência pessoal me moveram a propor um trabalho de pesquisa sobre os proprietários rurais do distrito de Martinésia, que pertence ao município de Uberlândia-MG (Ver Figura 01). Meu interesse pelo estudo desse distrito começou ainda durante a graduação, quando me propus a analisar, na monografia de conclusão de curso, as festas religiosas de São João e Santos Reis que acontecem nesse local.

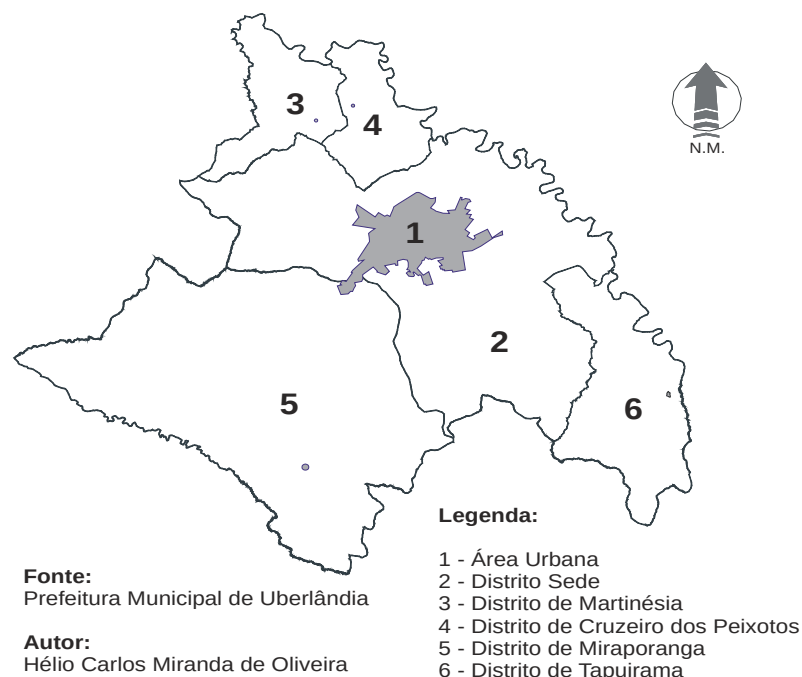
Minha mãe nasceu numa propriedade rural de Martinésia e viveu lá cerca de 15 anos, até vir para a cidade de Uberlândia. Como seus pais continuaram a viver na propriedade rural que eles possuíam, ela sempre ia visitá-los e, desse modo, eu passei a minha infância e adolescência indo, nos finais de semana, para esse sítio. Além desses passeios, minha família mantinha uma relação muito estreita com o distrito de Martinésia, participando das festas religiosas de São João e Santos Reis e também dos campeonatos rurais de futebol disputados nos distritos e comunidades rurais do município de Uberlândia.

¹ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (org). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p.12.

² FONTANA, Josep. Repensar a história para reprojetar o futuro. In:_____. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998, p.251-266.

³ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:_____. **Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 67.

Figura 01: Município de Uberlândia e seus distritos (2005).



Fonte: Oliveira, Silva e Paula, 2006, p. 78.

Nesse sentido, sempre ouvi falar da importância da agricultura e da pecuária no Brasil, mais especificamente na região do Triângulo Mineiro, e, recentemente, do agronegócio como fundamental para o país. No entanto, isso me inquietava, pois a referência que eu tinha de campo era aquela do distrito de Martinésia, ou seja, o sítio da minha família e de alguns vizinhos dele. O fato é que eu não enxergava nesse lugar aquele modelo de campo propagado pela mídia – um campo “moderno”, coberto por plantações para exportação, equipado com alta tecnologia –, mas sim, algumas plantações, pequenos rebanhos bovinos, poucos animais como galinhas, porcos, enfim, um campo diferente em muitos aspectos daquele vendido pela mídia.

Foi a partir daí que me coloquei uma questão inicial: como é o meio rural do distrito de Martinésia? Partindo dessa indagação é que foi se delineando a minha problemática de análise. Nesse caminho, as leituras realizadas nas disciplinas *Tecnologia, Trabalho e Relações Sociais* e *Trabalho e Representações*, bem como as discussões de *Seminário de Pesquisa em Trabalho e Movimentos Sociais*, contribuíram para que a problemática fosse se tornando mais clara, na medida em que fui passando a entender que o campo é um espaço construído socialmente pelos sujeitos, mediante as contradições, as tensões, as disputas que nele são vivenciadas.

Ao problematizar o viver no campo, meu objetivo é compreender as transformações e as permanências nos modos de trabalhar, se divertir, se relacionar com a cidade de Uberlândia, com a vizinhança, com a família, enfim, os modos de viver dos proprietários rurais do distrito de Martinésia. Então, não estudo o campo por meio do tamanho das propriedades, dos dados de produtividade e produção, da quantidade de máquinas ou do dinheiro empregado nas lavouras e rebanhos, mas sim, a partir das pessoas, dos sujeitos que vivem no/o campo, transformando-o e também se transformando.

Tomo como ponto de partida para a análise a instauração do regime militar no Brasil, em 1964, pois a partir daí o campo passou a ser alvo de políticas “modernizadoras”. O próprio termo “modernização”, que é um conceito, carrega uma interpretação daquelas mudanças, que se pauta em uma visão hegemônica desse processo de transformação, na medida em que, para muitos, longe de ter significado de fato “modernização”, esse processo implicou na exclusão, na pauperização, no aumento contínuo de dificuldades na produção agrícola e pecuária.

“Modernizar” o campo significava, naquele momento, inserir novas tecnologias, tais como tratores e colheitadeiras, incentivar o uso de adubos, fertilizantes, corretivos de solo, sementes selecionadas etc. No entanto, essa modernização foi “desigual”, “conservadora”, “dolorosa” - segundo autores que trabalham essa temática como, por exemplo, José Graziano da Silva, Wenceslau Gonçalves Neto - ou seja, apenas alguns poucos se beneficiaram com o farto crédito rural, com o acesso a essas novas tecnologias. Mediante esse processo, muitos deixaram o campo e foram para a cidade em busca de uma vida melhor, mas existem aqueles que resistiram à expulsão e permaneceram em suas terras. Assim, se houve “progresso”, não foi para todos, pois trata-se de uma sociedade de classes, o que pressupõe desigualdade entre elas, logo, houve “modernização” para alguns, não para a maioria.

I. Wallerstein lembra que as conquistas trazidas pelo sistema capitalista são sempre relativas, pois dependem do referencial, uma vez que os avanços produzidos por esse sistema ficam, na maioria das vezes, restritos a determinados grupos da sociedade, pois a distribuição desses benefícios é altamente desigual⁴. Esse autor enfatiza, então, a necessidade de estar atento ao fato de que “*Um dos problemas para analisar o*

⁴ WALLERSTEIN, I. Sobre progressos e transições. Um balanço. In: _____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.83-119.

progresso é que todas as mediações são sempre unilaterais.”⁵. Nesse sentido, analisar as conquistas, os avanços trazidos para a atividade agrícola e pecuária brasileira, principalmente a partir da década de 1960, significa analisar um processo marcado por desigualdades, mas que é, muitas vezes, apresentado como se tivesse gerado ganhos universais, mediante uma visão hegemônica desse processo.

Todavia, o fato de uma visão ser hegemônica não significa que não existam outras formas de ler e de viver o mesmo processo. Logo, se existiram produtores que se “modernizaram”, essa não foi uma possibilidade aberta a todos. Como salienta Raymond Williams: *“A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva”*.⁶

Assim, essas mudanças eram colocadas como o único caminho possível a ser trilhado pelos produtores, que não teriam outras alternativas frente às transformações nas atividades agrícola e pecuária. Isso não significa que todos eles aderiram, sem exceção, a essas transformações, muitos por serem conservadores, temerem mudanças e outros por terem sido impedidos, uma vez que os incentivos foram direcionados, em sua maioria, para grandes produtores.

Desse modo, as décadas de 1960 a 1980 foram um momento de forte intervenção estatal no campo, na medida em que o Estado brasileiro é que conduziu esse projeto “modernizador”. No entanto, a partir da década de 1990, o Estado passou a não ter mais essa política tão intervencionista, o que não significa que ele se ausentou da condução de uma política para o campo. Pelo contrário, a sua presença é muito forte, por exemplo, no estabelecimento de novos mecanismos de política agrícola, embora venha incentivando, cada vez mais, a interferência do setor privado⁷. O mito do Estado não interventor é, então, problematizado, uma vez que o governo brasileiro interfere sim, e no meio rural isso não é diferente. Assim, procuro analisar como, diante dessa conjuntura política e econômica diferente, esses proprietários rurais continuam lutando para permanecer no campo, mesmo com as dificuldades cada vez maiores de produção, tendo em vista o privilégio do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, e como eles encontram alternativas para manter suas terras.

⁵ WALLERSTEIN, op. cit., p.84.

⁶ WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.116.

⁷ COELHO, Carlos Nayaro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**. Ano X, nº03, Jul-Ago-Set/2001, p.01-56.

Aqui, torna-se fundamental dizer o que entendo por Estado, na medida em que esse teve um papel importante nas transformações que ocorreram no campo. O Estado, como salienta Sônia Regina de Mendonça, [...]“*constitui-se, ele mesmo, uma relação, não podendo ser encarado como ente que ‘paira’ acima da sociedade.*”⁸ Ou seja, existem grupos e interesses diferentes que compõem essa relação, pois o Estado não cria nada que não esteja, de certa forma, latente na sociedade, nada que não seja interesse de um ou de vários grupos existentes na sociedade civil.

Como afirma Mendonça, muitos trabalhos que lidam com a questão do Estado ainda hoje têm uma concepção dele enquanto *sujeito*, o que significa dizer que ele é uma entidade que [...]“*‘paira’ acima da sociedade e dos homens, dotada de vontade própria, de iniciativa própria, como se não correspondesse a grupos sociais distintos e, por isso mesmo, com total poder de (co)mando sobre a sociedade.*”⁹ Segundo Mendonça¹⁰, essa maneira de entender o Estado como sujeito é tributária de uma concepção que teve origem no século XVIII, a *jusnaturalista*, na qual o estudo do Estado derivava do estudo do Direito, que pertencia ao domínio da Natureza, e o ponto de partida dessa concepção era o *contrato social*, ou seja, seria a partir dele que o Estado seria fundado, uma vez que os homens abririam mão de seus direitos individuais em favor da superação do estado de natureza. Os jusnaturalistas buscavam o estabelecimento de leis universais como nas ciências exatas e, desse modo, a autora afirma que um dos grandes problemas dessa concepção de Estado [...]“*residia em seu caráter a-histórico, estando, assim, a um passo da naturalização da própria noção de Estado.*”¹¹

Antônio Gramsci foi um estudioso que propôs uma outra maneira de entender o Estado, em que este é uma *relação social*, não sendo, portanto, nem sujeito nem objeto. A concepção de Estado gramsciana leva em conta os conflitos existentes na sociedade, isto é, nas palavras de Mendonça, nessa concepção, da qual ela comunga: [...]“*o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na formação social.*”¹²

⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 3ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.12.

⁹ MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró. (org) **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, p.17.

¹⁰ Ibidem, p.14-19.

¹¹ Ibidem, p.15.

¹² Ibidem, p.20.

A noção de Gramsci é a de um *Estado ampliado*, ou seja, que leva em conta a sociedade civil e a sociedade política.

Assim, a concepção gramsciana me possibilita pensar que as ações do Estado com relação ao campo devem ser entendidas como um espaço de disputas, de conflitos de setores de classes, e me permite entender que, se existe uma maneira que se pretende hegemônica de vivenciar o campo utilizando máquinas e todo tipo de insumos modernos, também existem outras maneiras de vivenciá-lo. As lutas dos proprietários rurais para permanecerem no campo, mesmo com as todas as dificuldades, evidencia essa disputa, que também se torna clara nas lutas dos movimentos sociais pela justa distribuição da terra e na reivindicação de políticas públicas. Assim, se o Estado, em suas políticas, beneficia os grandes produtores, ele também estabelece políticas compensatórias que procuram dar conta dos interesses conflitantes no que diz respeito ao campo, por exemplo, criando programas de eletrificação rural, promovendo o assentamento de algumas famílias, criando mecanismos específicos de crédito, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) etc.

O tipo de concepção de campo proposto da década de 1960 para cá, a fim de buscar a hegemonia na sociedade, ou seja, para tornar-se a forma como os produtores deveriam lidar com suas terras, buscou aquilo que Gramsci chama de *consenso*, isto é, fazer com que as pessoas aceitassem aquelas idéias. Desse modo, a extensão rural foi um mecanismo fundamental para estabelecer esse *consenso* pois, ao disseminar as necessidades desse tipo de produção mecanizada, altamente capitalizada, divulgando seus ganhos e avanços, buscava legitimar esse projeto de campo e de sociedade que se pretendia hegemônico. Como o próprio Gramsci afirma “*Tôda relação de ‘hegemonia’ é uma relação pedagógica*”[...]¹³, ou seja, é preciso buscar o convencimento das pessoas a fim de que elas abracem essas idéias tornando-as hegemônicas, o que não significa, como antes mencionado, que elas sejam únicas. Conforme busco refletir na minha pesquisa, existiram e existem outras maneiras de vivenciar o campo que não essa que é hegemônica. Se existe o campo do agronegócio, das grandes plantações, dos grandes rebanhos, também existe um campo com pequenas plantações, pequenas produções que se mantém apesar dos grandes problemas que enfrenta, visto que, como lembra

¹³ GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p.37.

Gramsci: [...]“*não existe de fato, historicamente, uma maneira de conceber e de agir igual para todos os homens*”[...]”¹⁴.

No início da pesquisa, eu acreditava que encontraria uma uniformidade, ou seja, um campo totalmente desprovido de máquinas e de crédito, mas não foi isso que encontrei e acabei descobrindo que a existência desses fatores não diz tudo sobre a vida e a atividade agrícola e pecuária dos proprietários rurais. Acredito que o fato de um produtor conseguir comprar um trator, uma colheitadeira, ou mesmo obter crédito rural não significa que ele tenha se “modernizado”, que ele produza segundo os padrões da agroindústria, dos complexos agroindustriais.

Não encontrei um campo totalmente desprovido de grandes rebanhos, plantações e novas tecnologias. Alguns tiveram acesso a máquinas, implementos agrícolas e crédito rural, porém, outros continuaram produzindo sem essas tecnologias, sem financiamentos, obtendo uma renda que, na maioria das vezes, não é satisfatória. Em Martinésia, existem produtores que têm no campo o lugar da renda, valorizam-no como propriedade e não como o que ele proporciona em termos de modos de vida, enquanto que outros valorizam justamente esse aspecto. Assim, a contradição existe e o grupo de proprietários rurais entrevistados trouxe para o meu trabalho essas experiências diferenciadas.

Nesse sentido, o distrito de Martinésia não é uma “comunidade”¹⁵, pois nem todos compartilham dos mesmos ideais, dos mesmos referenciais e valores, logo, não há uma homogeneidade nas formas de vivenciar esses processos, uma vez que se trata de uma sociedade de classes, na qual existem conflitos e posicionamentos diferentes.

Dos vinte e um entrevistados, três são pessoas que saíram do campo (sendo que uma dessas entrevistas foi realizada por ocasião da escrita da monografia de conclusão do curso de graduação). Achei pertinente entrevistá-las para que eu pudesse ter uma visão mais ampla ao analisar aqueles que permaneceram, ouvindo também os que saíram, seus motivos, suas razões, suas intenções, percebendo que a história é um processo que se faz de diferentes movimentos. Entrevistei também uma senhora e seu esposo que viveram suas vidas no campo, mas que há quatro anos deixaram sua propriedade e foram viver na vila do distrito de Martinésia por questão de saúde e também devido à idade avançada. Também foi entrevistada uma ex-presidente do

¹⁴ GRAMSCI, op. cit., p.39.

¹⁵ SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, nº19, set89/fev90, p.228.

Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia, que é esposa de um proprietário rural desse distrito. Entrevistei ainda a esposa de outro proprietário rural, que é professora no distrito de Martinésia e um produtor que vive na propriedade do sogro. Também foram entrevistadas duas jovens que são filhas de produtores rurais. Os outros 11 entrevistados são proprietários rurais e todos eles têm ou tiveram a terra como fonte de renda.

A opção foi por trabalhar com proprietários e não com arrendatários ou assalariados, pois a segunda alternativa escaparia ao meu objetivo, que é analisar como esses proprietários organizaram e organizam sua produção a fim de conseguirem permanecer no campo, mantendo sua terra, tendo em vista que, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, muitos proprietários perderam-na devido à contração de dívidas e às dificuldades de produção.

A escolha dos entrevistados partiu da indicação de minha própria família, em particular, de minha mãe, uma vez que ela nasceu nesse distrito e, desta forma, foi quem me levou até as pessoas entrevistadas. Eu disse a ela que precisava de pessoas que estivessem vivendo no distrito há pelo menos 25 anos e, como ela saiu do distrito por volta do ano de 1975, ou seja, há 31 anos atrás, me levou até aquelas pessoas que ela se lembrava que moravam na zona rural quando ainda vivia no distrito, ou seja, valorizando a sua experiência e as relações de convivência nesse lugar é que eu cheguei aos meus entrevistados.

A intenção inicial era trabalhar com pequenos proprietários, mas como não sabíamos a extensão das propriedades, resolvi ir até as pessoas e entrevistá-las, mesmo que não fossem consideradas pequenos proprietários, até porque essa é para mim uma definição problemática. Como salienta Luciana Lílían de Miranda, ao analisar o processo de modernização do campo no município de Uberlândia-MG, os critérios utilizados pelo IGBE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980 e 1985 definem que [...]“*os pequenos teriam até 100 hectares, os médios até 1000 e os grandes acima de 1000 ha.*”¹⁶ Ariovaldo Umbelino de Oliveira lembra a existência de uma lei criada para regulamentar os dispositivos que se referem à reforma agrária que estão presentes na Constituição de 1988. Trata-se da lei nº8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que no artigo 4º define a

¹⁶ MIRANDA, Luciana Lilian de. **Adeus ao “Jeca Tatu”**: proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola modernizadora, 1960-1985. 147f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2003, p.11.

pequena propriedade como aquela que possui área entre 1 e 4 módulos fiscais; a média como aquela que tem área superior a 4 até 15 módulos; e a grande como a que tem área superior a 15 módulos fiscais¹⁷. Como esse autor salienta, os módulos fiscais variam entre as regiões, sendo que existem módulo de 5 até 110 hectares. Logo, o que seria uma pequena, média e grande propriedade também varia.

Assim, acredito que a classificação da terra vai mais além do que simplesmente a sua extensão, dependendo também das atividades exercidas nela, da função dessa propriedade para o próprio dono, dos sentidos que ela tem para ele, enfim, de um conjunto de fatores. Assim, essa classificação é aqui tomada como um problema de análise¹⁸.

No universo da pesquisa, a maioria é constituída por “pequenos proprietários”, ou seja, eles não possuem grandes extensões de terra¹⁹, e muitos consideram essas propriedades como lugares que lhes proporcionam um modo de viver, mais que simplesmente a obtenção de lucros. Além de serem pequenos proprietários, acredito que podem também ser considerados pequenos produtores porque a maioria não relata que exista em suas propriedades uma produção em grande escala. Ter uma pequena propriedade pode não significar, necessariamente, ter uma pequena produção, na medida em que, com as tecnologias atuais que exigem altos investimentos financeiros, é possível obter grandes produções em pequenas extensões de terra, o que nem sempre é possível para grande parte dos pequenos proprietários.

As atividades agrícolas e pecuárias são as mais importantes no distrito de Martinésia, principalmente a produção de hortifrutigranjeiros e a pecuária leiteira. E aqui está um ponto importante a ser destacado: a maioria dos proprietários rurais entrevistados não possui empregados fixos. Quando utilizam mão-de-obra, é apenas para trabalhos esporádicos e os trabalhadores, nesses casos, são os chamados diaristas. Os que têm algum empregado reclamam do alto custo para mantê-lo. Assim, a vida

¹⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS Júnior, João. (org). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p.60.

¹⁸ Definir o que seja uma pequena propriedade é ainda mais complicado se for levado em conta que uma propriedade pode ter, por exemplo, 80 hectares, ou seja, é considerada pequena, no caso do município de Uberlândia, no entanto o seu proprietário pode ter uma visão empresarial dela, ser altamente capitalizado, ter sua produção inserida em cadeias agroindustriais, enquanto uma que tem 120 hectares, pode estar vivendo uma situação extremamente delicada, mediante a falta de dinheiro, aos altos custos de produção. Assim, falar em pequenos proprietários significa falar de certa heterogeneidade, ou seja, existem diferentes formas de viver a propriedade.

¹⁹ Aqui vale lembrar que 1 alqueirão (mineiro) equivale a 4,84ha, e 1hectare equivale a 10.000m². No município de Uberlândia um módulo fiscal corresponde a 20 hectares.

daqueles moradores da sede distrital de Martinésia que têm no campo seu lugar de trabalho é difícil, uma vez que eles não têm uma renda mensal fixa e nem segurança no caso de uma doença, o que torna suas vidas muito instáveis. Esse distrito não conta com muitas opções de emprego, pois possui apenas uma fábrica de foices e canivetes que gera alguns empregos. Além disso, no distrito vizinho de Cruzeiro dos Peixotos, existe um frigorífico que emprega algumas pessoas de Martinésia.

Para discutir essas questões, alguns trabalhos foram fundamentais, como o de Vera Lúcia Salazar Pessôa²⁰, que analisa o processo de modernização do campo no município de Uberlândia, salientando como ele significou muito mais desenvolvimento econômico que desenvolvimento rural. A partir de dados obtidos na EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), Ceasa, IBGE e CEPES – UFU (Centro de Documentação e Pesquisa Sócio-Econômica) ela chegou à conclusão que, nesse município, a modernização foi excludente, ou seja, chegou apenas para os grandes produtores rurais.

O trabalho de Luciana LÍlian de Miranda²¹ também contribuiu para a reflexão dos processos de transformação do campo no âmbito do município de Uberlândia. A autora, utilizando dados dos Censos Agropecuários, entrevistas com produtores rurais e também a imprensa, analisa o quanto esse processo foi marcado por contradições.

Outra referência importante foi o trabalho de Sheille Soares de Freitas Batista²². A autora, ao trabalhar com migrantes rurais que buscaram a cidade de Uberlândia, analisa os sonhos, as expectativas que moveram inúmeras pessoas a buscarem uma vida melhor na cidade em virtude da difícil situação que viviam no campo. Nesse sentido, esse trabalho me possibilita refletir sobre a complexidade do “processo modernizador” do campo, que se gerou alguns benefícios para o homem do campo, o fez causando sérios problemas sociais.

Uma referência fundamental foi E. P. Thompson no sentido de que, ao trabalhar a formação da classe operária na Inglaterra, evidencia o processo histórico, ou seja, como as transformações vão acontecendo, não de forma automática, como se a fábrica tivesse criado a classe operária, pois essa *se faz* nas disputas, nos embates, nos conflitos, enfim, no processo de transformação social:

²⁰ PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 164f. (Dissertação) Mestrado em Geografia, UNESP/Rio Claro, 1982.

²¹ MIRANDA, op. cit.

²² BATISTA, Sheille Soares de Freitas. **Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre campo e cidade**. 138f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2003.

*[...] a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. [...] a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais.*²³

Thompson e o seu conceito de *experiência*²⁴ me permitem analisar os processos de transformação do campo, percebendo o que as mudanças e as permanências significam na vida das pessoas, o sentido que para elas tem viver nesse lugar. Experiência é, então, compreender como as pessoas vivenciam e interpretam o processo de transformação social e como isso pode me ajudar na reflexão da sociedade.

Essa concepção de experiência permite, pois, ir além dos padrões de produção, de crédito, de mecanização, na medida em que o que me interessa é como as pessoas produzem, como elas agem frente às dificuldades de acesso a crédito e a mecanização, encontrando suas próprias estratégias que lhes permitem permanecer no campo. Isso implica em não tratar os produtores rurais apenas como vítimas de uma política excludente, mas abordar a forma como eles agem, lutam e reinventam seus valores nesse processo de transformação da sociedade, uma vez que os sujeitos buscam soluções para seus problemas, alternativas para suas dificuldades.

Desse modo, as categorias *experiência* e *cultura* são fundamentais, esta entendida como prática social, o que implica em colocá-la no plural, isto é, entender culturas como modos de ser e viver, que se constituem nos embates, nas tensões, nas disputas que se dão no social e significa, então, trabalhar com as diferenças, com a diversidade, com a pluralidade.²⁵ Lidar com culturas, ou seja, com todas as dimensões da vida dos sujeitos históricos, significa, nesta pesquisa, ir além da compreensão das relações de trabalho no campo e trazer para a discussão os valores, os sentimentos, os hábitos, os sonhos, as expectativas, os costumes.

A transformação da sociedade, então, deve ser captada na sua complexidade, na medida em que não só os aspectos “técnicos” do campo se transformam, mas também a vida diária das pessoas. A grande maioria dos proprietários rurais entrevistados percebe

²³ THOMPSON, E. P. Prefácio. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.9-10.

²⁴ THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.180-201; THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.179-224.

²⁵ CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto. **Trabalho e Movimentos Sociais: Histórias, Memórias e Produção Historiográfica**. In: CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.15-16.

o distanciamento que ocorreu entre os vizinhos, a fragilização das relações entre eles. E essa não é uma mudança que ocorre só em Martinésia, pois a sociedade atual tem vivenciado esse processo no qual as pessoas se fecham cada vez mais em si mesmas, se individualizando. Nesse sentido é que é fundamental estar atento às várias dimensões da vida dos sujeitos sociais.

Para analisar a complexidade do social e para compreendê-la por meio da minha pesquisa, uma das fontes com as quais trabalho é o *Jornal Correio*²⁶. Essa escolha deve-se ao fato de que esse é o único periódico local que perfaz todo o momento por mim analisado, pois é o único que sobrevive nos dias de hoje. Foi fundado em 1938 e até 1991, era denominado *Jornal Correio de Uberlândia*, quando passou a ser *Jornal Correio do Triângulo* e, em agosto de 1995, se tornou *Jornal Correio*. Desde a década de 1950, o jornal está nas mãos da família Garcia e, em 1986, o seu controle acionário passou a ser do Grupo Algar (a família Alexandrino Garcia é detentora desse grupo).

Para se ter uma idéia do papel que esse jornal exerce na cidade, basta ver as empresas que compõem esse grupo que detém o seu controle: CTBC (Companhia Telefônica do Brasil Central) que atua na área de telefonia fixa, celular, redes multimídia, internet, TV por assinatura e data center; ACS, Contact Center; ABC INCO, processamento de soja; ABC A&P, plantio de grãos; Rio Quente, turismo e hotelaria; ENGESET, serviços de engenharia; SABE, listas telefônicas e jornal; SPACE, segurança patrimonial; ABC Táxi Aéreo; e COMTEC, administração de terminais urbanos e centros comerciais²⁷. Esse jornal tem, na cidade de Uberlândia, uma grande força, pois do contrário não estaria presente na cidade desde 1938, e ele tem um compromisso claro com as elites locais.

Todo jornal, sendo uma empresa, visa, como afirma Batista²⁸, além da obtenção de lucros, a sua manutenção no mercado. Ele é feito com determinadas intenções e produz interpretações e versões sobre a realidade social. Nesse sentido, está a necessidade que Martín-Barbero chama a atenção, de [...] “*articular a investigação sobre o discurso à das condições de produção, de circulação e de consumo.*”²⁹

²⁶ Esse jornal se encontra no Arquivo Público Municipal de Uberlândia. É pertinente aqui dizer que as condições de conservação do material não são boas, principalmente os números mais antigos, o que acaba dificultando o manuseio. Isso evidencia bem o descaso que a sociedade tem como os acervos, pois além da desatenção do poder público, os próprios pesquisadores que freqüentam o Arquivo contribuem para a deterioração desse material de pesquisa por meio do uso incorreto do mesmo.

²⁷ NOSSOS NEGÓCIOS. Disponível em: www.algar.com.br. Acessado em: 16/04/2006.

²⁸ Batista, op. cit, p.19.

²⁹ MARTÍN-BARBERO, Jesús. Ideologia: os meios como discursos do poder. In: _____. **Ofício de cartógrafo**. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Edições Loyola, p.67.

Ao lidar com essa fonte, o conceito de “*estético-ideológico*” trabalhado por Beatriz Sarlo³⁰ auxilia no sentido de entender que o que está no jornal é como os grupos dominantes, mediante seus interesses, apresentam as coisas, logo, por trás do estético existem idéias, concepções, valores. Esse jornal traz, então, uma forma de ver o campo, aquele das grandes plantações, dos grandes rebanhos, da tecnologia moderna, enquanto a pequena produção aparece de forma secundária. Esta, porém, jamais estaria no centro, pois reclamar isso é fazer uma “*reivindicação piedosa*”³¹, ou seja, cobrar do jornal algo que ele não tem a menor intenção de dizer, porque ele é escrito para determinadas pessoas, é direcionado para um grupo, logo, a escolha das temáticas e de como elas irão aparecer é política.

Esse jornal traz uma imagem de *campo* moderno, lucrativo e bem sucedido, no entanto, mesmo sem ser essa a intenção, ele acaba trazendo, às vezes de forma esparsa e compartimentada, as tensões vivenciadas no social, por isso a importância de usar tal fonte nesta pesquisa, a fim de perceber essas memórias em disputa.

A fonte oral é de fundamental importância ao lidar com as experiências desses sujeitos históricos. Alessandro Portelli³² fala da importância dela não como solução para todos os males do historiador, nem como suporte para a escrita, mas como uma fonte diferente, a qual não é a verdade inquestionável, mas sim, uma forma de interpretar a realidade vivida. Como salienta Alistair Thomson: “A *memória ‘gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas’*”[...]”³³.

Portelli afirma que as pessoas não guardam os fatos tal qual aconteceram, uma vez que a memória é uma construção, é a leitura, a reelaboração da vivência que o sujeito faz a partir do presente; assim, o que o historiador busca é como as pessoas viveram e interpretam essa vivência:

[...] o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela

³⁰ SARLO, Beatriz. Um olhar político. In:_____. **Paisagens Imaginárias**. São Paulo: EDUSP, 1997, p.55-64.

³¹ Ibidem, p.59.

³² PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto história**. São Paulo: EDUC, n.14, fev. 1997, p.26

³³ THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, n°15, abr.1997, p.57.

*memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas [...] .*³⁴

A fonte oral é importante, uma vez que meu objetivo é refletir sobre a experiência, os modos de vida dos proprietários do distrito de Martinésia. Essa fonte [...]“*conta menos sobre eventos que sobre significados*”³⁵, sendo assim, ela é importante, na medida em que minha intenção não é entender a “modernização”, a transformação do meio rural brasileiro em si, mas como as pessoas experimentaram esses processos.

Na realização de minhas entrevistas, encontrei pessoas que, ao falarem de suas vidas, dialogaram comigo sobre as transformações que ocorreram e têm ocorrido na sociedade e as perdas acarretadas por essas transformações, trazidas no momento da entrevista por meio do choro, da palavra engasgada, do olhar melancólico ou mesmo da ironia.

Trabalhar com a fonte oral foi um desafio, uma vez que o trabalho com ela é difícil e delicado, mas também muito prazeroso. O momento da entrevista foi de grande aprendizado e as pessoas com quem conversei demonstraram muita satisfação em poder compartilhar comigo as suas histórias. Dona Carmem, por exemplo, me recebeu muito bem em sua casa e, quando eu disse a ela o motivo da minha visita, me convidou para irmos até uma área nos fundos de sua casa, onde se encontrava o seu esposo, para que nós três pudessemos dialogar sobre suas experiências de vida.. Já o Seu João demonstrou, por meio de lágrimas que rolaram em seu rosto durante todo o momento das duas entrevistas que realizei com ele, a satisfação em narrar a sua vida no campo, algo que para ele tem grande valor: [...]“*pra mim é uma honra muito grande, de vim, além do cês tem muito mais gente que já veio fazer entrevista comigo e tudo*”[...]”³⁶. Além disso, ele se dispôs a me receber em sua casa quantas vezes eu achasse necessário para conversar sobre seus viveres no campo.

O que os produtores rurais do distrito de Martinésia me disseram, as mudanças nas suas formas de trabalhar, de ser e de viver, não têm a ver somente com a vida deles, ou seja, têm uma dimensão maior que me permite analisar não a história de vida desses sujeitos, mas a própria sociedade em transformação. E não só nos aspectos econômicos de reordenamento da produção, na mudança da agricultura para pecuária, na busca de trabalho na cidade, mas também nos valores, nos gostos, nos sonhos, nas expectativas,

³⁴ PORTELLI, op. cit., p. 33.

³⁵ Ibidem, p.31

³⁶ João Dias Neto, 77 anos, entrevista realizada em sua residência, no dia 31/07/2005.

as quais, na maioria das vezes, não são muito promissoras para a maioria dos pequenos produtores rurais.

A transcrição é um dos momentos que compõem o trabalho com a fonte oral e Portelli lembra que ela [...]“*transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretações.*”³⁷ Assim, ao transcrever as entrevistas, não reproduzi literalmente as falas, mas fiz alguns cortes e correções, a fim de facilitar a sua compreensão.

As narrativas orais colocam em questão as explicações construídas sobre os processos sociais e, assim, nos auxiliam na problematização do vivido. Elas fizeram com que eu tivesse que buscar outras fontes, pois os entrevistados trouxeram alguns elementos aos quais eu não tinha dado tanta importância ou que não tinha me atentado para eles. Um exemplo foi a questão do PRONAF: quando eu perguntei a alguns a respeito de crédito, eles me falaram desse programa, sobre o qual eu não tinha conhecimento mais aprofundado, logo, foi necessário acessar a página do próprio programa na internet e procurar conhecê-lo. Foi nessa busca que encontrei alguns textos que falam do programa, suas intenções e realizações e que foram utilizados como fonte.

Outro exemplo são os dados estatísticos, que por mais que sejam problemáticos, acredito que eles aqui são pertinentes, mas não suficientes. Uma coisa é tomá-los como verdade absoluta, no entanto, se o campo não se faz só de números, mas sim de pessoas, estes são importantes, na medida em que me possibilitaram falar, por exemplo, desse processo de expulsão do homem do campo que aconteceu no Brasil. Por meio das estatísticas, eu pude visualizar um pouco esse processo, mas foi necessário ir além delas, na trilha da interpretação da *Venda das Esposas*, ocorrida na Inglaterra do século XIX, feita por Thompson. Esse autor evidencia a necessidade de questionar as estatísticas sobre os processos sociais, discutindo qual é o significado, na vida das pessoas, daquilo que se quantifica por meio desses dados³⁸.

As *Atas do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia* foram um outro conjunto de fontes utilizadas, objetivando analisar a forma como os moradores desse distrito se organizam a fim de reivindicarem melhorias para suas vidas. Acredito em sua importância, pois ao discutirem melhorias para o distrito, eles estão falando de suas vidas, de seus desejos, de suas aspirações. No entanto, o trabalho com

³⁷ PORTELLI, op. cit. p.27.

³⁸ THOMPSON, E. P. A venda de esposas. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.305-352.

essa fonte ficou um pouco prejudicado, uma vez que o Conselho existe desde 1982 e possuía três livros de ata, o primeiro de 1982 até 1989, o segundo de 1990 a 2001 e o terceiro de 2002 em diante, porém, o segundo livro desapareceu. Logo, a pesquisa ficou com uma lacuna.

Enfim, as fontes aqui utilizadas foram escolhidas a fim de responder às questões levantadas e problematizar o viver dos proprietários rurais do distrito de Martinésia.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, discuto a construção de uma visão hegemônica sobre o campo brasileiro como absolutamente “moderno”. No entanto, o processo de transformação desse campo carrega inúmeras contradições, as quais procuro discutir nesse capítulo, tais como o êxodo rural; o farto crédito rural, porém direcionado para grandes produtores; a inserção de novas tecnologias, mas restrita a determinados grupos de produtores. Entretanto, aqueles produtores que não são do grupo dos “grandes” encontraram suas alternativas para agir diante dessa situação.

Contrariamente ao que muitas vezes se afirma com relação ao *pequeno produtor* (que ele não se arrisca), percebo que alguns desses proprietários de Martinésia buscaram crédito rural, no entanto, sua produção não foi bem sucedida, o que gerou o medo, muito recorrente na fala desses produtores, devido aos aspectos naturais que imprimem à atividade agrícola grande incerteza. Além disso, a maior parte do crédito rural se destina aos médios e grandes produtores, restando aos pequenos apenas uma parcela, o que não impede que eles continuem lutando.

Discuto ainda o papel do Estado brasileiro que, de formas diferentes, ao longo dessas quatro décadas, intervém, estabelecendo políticas e mecanismos de atuação no campo, tendo em vista a importância que a agricultura e a pecuária têm na pauta de exportações brasileiras.

Enfim, analiso como as pessoas encontram suas próprias alternativas para permanecerem no campo, uns buscando o trabalho em outras propriedades, outros na cidade, outros reorganizando sua produção deixando de lado a agricultura e partindo para a pecuária, dentre outras estratégias.

Nesse capítulo, utilizo dados estatísticos para problematizar aspectos importantes, tais como a saída do homem do campo; o jornal como veículo de construção e divulgação da visão hegemônica de campo; as *Atas do Conselho Comunitário*, com o objetivo de investigar as formas individuais e coletivas de reivindicação e de solução

dos problemas do homem do campo; e a fonte oral, pois é por meio dela que eu trabalho as vivências e as experiências dos proprietários rurais.

No segundo capítulo, parto da discussão da importância da terra para as pessoas, o significado que ela tem em suas vidas, buscando perceber os seus diferentes valores. Nesse capítulo, investigo as formas como os proprietários rurais de Martinésia organizam suas vidas, seja no trabalho, nas relações de vizinhança, enfim, em tudo o que compõe a vida desses sujeitos. A relação dessas pessoas com o tempo é uma questão trabalhada, na medida em que as pessoas percebem um aceleração dele na atualidade, o que leva a uma discussão sobre a própria relação com o trabalho, nas jornadas estafantes, possibilitando discutir essa visão do campo como lugar do idílico, da tranquilidade, do tempo da natureza, algo que não faz mais sentido.

Analiso as transformações, as permanências nos seus modos de vida, a importância e os valores atribuídos à religiosidade. Outro ponto abordado é a relação de vizinhança, que tem sido cada vez mais fragilizada, permitindo discutir algo que tem ocorrido na sociedade que é uma crise de valores e uma exacerbação do individualismo. Por fim, analiso as expectativas desses produtores em relação ao futuro da terra, os seus sonhos, os seus projetos de vida. As fontes utilizadas neste capítulo são a oral e o jornal, além de alguns dados estatísticos.

No terceiro capítulo, aprofundo a discussão da relação campo-cidade, analisando como determinados valores, problemas e vivências, ora tidos como tipicamente urbanos, passaram a ser vivenciados pelo homem do campo, por exemplo, alguns hábitos alimentares e o uso de eletroeletrônicos. A aquisição desses novos hábitos e valores significa a busca de benefícios, por essas pessoas, o que faz parte de uma luta por pertencer ao lugar em que vivem, usufruindo de coisas que facilitam suas vidas.

A relação dos proprietários rurais de Martinésia com Uberlândia é aqui analisada, na medida em que essa cidade, a qual está submetida administrativamente o distrito, está muito próxima dele e com o acesso facilitado, tendo em vista a rodovia que liga o distrito à cidade em bom estado de conservação e também a existência de uma linha de ônibus urbana entre Martinésia e Uberlândia. Assim, é nessa cidade que esses produtores encontram produtos agropecuários e veterinários, é nela que são feitas as compras para a casa e, para alguns, ela é o lugar do trabalho, do lazer ou do estudo.

Por fim, problematizo a leitura que a cidade faz do campo por meio do *Jornal Correio*, uma vez que há uma vasta quantidade de matérias publicadas nesse jornal sobre o meio rural. Sendo assim, acredito ser pertinente perguntar o porquê disso, qual a

imagem de campo que esse jornal traz, tendo em vista a presença marcante de ruralistas locais, os quais, muitas vezes, também são políticos de grande influência no cenário nacional.

Aliado a isso, discuto o tratamento dado por esse jornal aos distritos de Uberlândia, pois, se existe uma concepção de campo “moderno”, nesse mesmo jornal, os distritos, os quais estão na área rural do município, são tratados como “reliíquias”, coisas do passado, ou seja, são folclorizados. Assim, o tratamento dado a “esse campo” é outro.

Desta forma, o objetivo do capítulo é analisar como se dá essa relação campo-cidade entre os proprietários rurais do distrito de Martinésia e a cidade de Uberlândia. Para isso utilizo fontes orais, *Atas do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Martinésia* e também o *Jornal Correio*.

Enfim, ao longo desses três capítulos, procuro problematizar o viver dos proprietários rurais do distrito de Martinésia, buscando compreender as transformações e as permanências nos seus viveres, nos seus modos de trabalhar e quais as alternativas e estratégias que encontram para permanecer no campo.